



ANS

AOFA



AOFA



AP

COMUNICADO

(2014JAN29)

2014: O ANO EM QUE EXPRESSAR A INDIGNAÇÃO JÁ NÃO É SUFICIENTE

As direcções das ANS, AOFA e AP, reunidas para analisarem as consequências das gravosas medidas constantes da Lei do Orçamento do Estado de 2014 (OE/2014) e de diplomas com matriz em tudo semelhante, alguns ainda por publicar, cientes do sentimento de crescente e irreprimível indignação que se tem vindo a apoderar da generalidade dos militares, que, pese embora o que vem sendo transmitido para a opinião pública, não sentem, como a esmagadora maioria dos seus concidadãos, qualquer melhoria nas suas condições ou perspectivas de vida, concluíram o seguinte:

Para além dos injustos e dramáticos cortes nas remunerações dos que servem o Estado (o que inclui os militares) e nas funções sociais que constituem responsabilidade daquele (saúde, educação e prestações sociais), com particular relevo nos que incidem violentamente sobre os pensionistas e reformados (o que inclui, igualmente, os militares, bem como os respectivos cônjuges sobreviventes), também as funções de Soberania (muito especialmente nos casos da defesa e da segurança interna) têm sido alvo de perigosas reduções orçamentais, com reflexos muito negativos no treino, na motivação e, conseqüentemente, na capacidade de resposta operacional indispensável ao cumprimento das missões constitucionalmente consagradas.

Saliente-se que a maioria dos restantes nossos concidadãos, aos quais envolvemos em toda a nossa fraterna solidariedade, também é sujeita a penosos sacrifícios, embora a partir de outros processos que vão desde o gravíssimo flagelo do desemprego até à objectiva redução de salários, para não falar do enorme aumento de impostos (de que os militares são igualmente vítimas).

Tudo isto sem que se apure verdadeiramente como é que foi possível chegar à dramática situação que o País vive e às nebulosas dependências associadas, e conseqüentemente, sejam efectivamente responsabilizados e penalizados os que a ela nos conduziram, o que não tem acontecido.

Como associações socioprofissionais que somos, não podemos aceitar que o Governo trate os militares sem olhar aos riscos que correm e às restrições e deveres a que estão sujeitos e sem cumprir os direitos que lhes deviam servir de contrapartida, conforme estabelecido na Lei nº 11/89, de 1 de Junho.

Embora os pesados sacrifícios a que têm sido sujeitos os militares se tenham vindo a acentuar desde 2011, com o OE/2014 e os diplomas que se encontram pendentes agravam-se, ainda mais, as medidas que nos são ou vão ser impostas:

- A redução das remunerações e o congelamento das progressões;
- As condições em que se processam as promoções, situação agravada com o que se antevê quanto às carreiras;
- A revisão do Estatuto dos Militares, decidida em segredo;
- A suspensão de passagem à situação de reserva;

ANS – Associação Nacional de Sargentos – R. Barão de Sabrosa, 57 – 2º - 1900-088 Lisboa

Tel: 218 15 4 966 • Fax: 218 154 958 • E-mail: contacto@ans.pt

AOFA – Associação de Oficiais das Forças Armadas – R. Infanta Dona Santa Isabel, 27-C, 2780-064 Oeiras

Tel: 214 417 744 • Fax: 214 406 802 • E-Mail: geral@aofa.pt

AP – Associação de Praças – Rua Varela Silva, Lote 12 –Loja B – 1750-403 Lisboa

Tel: 217 552 939 • Fax: 214 056 487 • E-Mail: geral@apracas.pt

Associações Profissionais de Militares



ANS

AOFA



AOFA



AP

- A redução de efectivos;
- A situação dos militares em Regime de Voluntariado e Contrato;
- A alteração às regras do Suplemento de Residência, antevendo-se confiscos da mesma natureza decorrentes da revisão de outros suplementos remuneratórios e da aprovação da “tabela única”, que o Governo tem em carteira;
- As sucessivas alterações à Assistência na Doença aos Militares (ADM);
- A profunda degradação da saúde hospitalar;
- A degradação da situação da Acção Social Complementar a cargo do Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA);
- A extinção do Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas (FPMFA);
- O tratamento dado aos militares no âmbito da Reforma, mais penalizados, em muitos casos, do que qualquer outro cidadão;
- O corte de pensões de sobrevivência de viúvas de camaradas nossos, naquilo que configura o inaceitável confisco do resultado dos descontos de quem já morreu, num desprezo total pela memória dos que deram o seu melhor ao serviço da Pátria.

Por estas e outras razões, as APM, que elegeram **2014 como o ano em que exprimir a indignação já não é suficiente**, resolveram levar a cabo uma “Iniciativa Pública” no próximo dia 13 de Fevereiro, quinta-feira, pelas 18H00, no Largo Camões, em Lisboa.

As APM's (ANS, AOFA, AP)

ANS – Associação Nacional de Sargentos – R. Barão de Sabrosa, 57 – 2º - 1900-088 Lisboa

Tel: 218 15 4 966 • Fax: 218 154 958 • E-mail: contacto@ans.pt

AOFA – Associação de Oficiais das Forças Armadas – R. Infanta Dona Santa Isabel, 27-C, 2780 Oeiras

Tel: 214 417 744 • Fax: 214 406 802 • E-Mail: aofa@sapo.pt

AP – Associação de Praças – Rua Varela Silva, Lote 12 –Loja B – 1750-403 Lisboa

Tel: 217 552 939 • Fax: 214 056 487 • E-Mail: geral@apracas.pt